

NIÓBIO BRASILEIRO: O PROBLEMA SOCIAL CAUSADO PELA FALTA DE UMA POLÍTICA ESPECÍFICA

EDUARDA VITÓRIA CALISTO DA SILVA

Graduanda em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara.

OBJETIVOS DO TRABALHO

O objetivo geral do trabalho é analisar as possíveis consequências sociais da falta de uma regulamentação jurídica do minério Nióbio em terras brasileiras. Como objetivos específicos do trabalho, enumeram-se os seguintes: Analisar o monopólio do minério Nióbio por uma única empresa privada; identificar os benefícios que a comercialização do nióbio pode trazer para o Brasil; refletir sobre a não regulamentação do preço do Nióbio pelo Estado brasileiro e examinar a exploração desregulada do Nióbio e seu contrabando nas fronteiras.

O nióbio é um minério que está totalmente inserido no cenário de tecnologia atual, sendo de extrema importância em diversos setores tecnológicos. É relevante analisar este assunto já que se trata de um fator que pode se relacionar diretamente com a economia do país.

Mesmo com a possível proposta de melhoria econômica, o Brasil ainda não possui uma política específica voltada para o nióbio de maneira que possa trazer benefícios diretos para a população e para o setor econômico brasileiro. Segundo Antônio Carlos Bogo, apesar do NIÓBIO ser considerado o mineral do futuro e, portanto, altamente estratégico, nenhum governo brasileiro, em toda a sua história tomou a iniciativa de propor um controle similar ao do petróleo.¹

¹BOGO, A.C. **O nióbio brasileiro – Material estratégico**. Trabalho de Conclusão de Curso, 2012. Disponível em: <<http://tconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/07/O-NIOBIO-BRASILEIRO-MATERIAL-ESTRATEGICO.pdf>>. Acesso em: 28abril. 2017, 10:38, p. 8.

METODOLOGIA

A pesquisa que se propõe pertence à vertente metodológica jurídico-sociológica. No tocante ao tipo de investigação, foi escolhido, na classificação de Witker² e Gustin³, o tipo jurídico-projetivo. O raciocínio desenvolvido na pesquisa será predominantemente dialético.

Quanto à natureza dos dados, serão fontes primárias: dados extraídos de entrevistas, de documentos oficiais ou não oficiais, legislação, jurisprudência, dados estatísticos, informações de arquivos, dentre outros.

Serão dados secundários os livros, artigos, artigos de revistas e jornais, doutrina, teses e dissertações especializadas sobre o tema.

De acordo com a técnica de análise de conteúdo, afirma-se que trata-se de uma pesquisa teórica, o que será possível a partir da análise de conteúdo dos textos doutrinários, normas e demais dados colhidos na pesquisa.

REVISÃO DE LITERATURA

Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez, PhD em desenvolvimento sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e Mestre em Geociências na Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Autora da tese de doutorado: “Maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira” é o marco teórico no qual a presente pesquisa se baseia. Segundo a autora:

Em síntese, para a análise setorialista, o lento ou rápido desempenho econômico é intermediado pelo governo que, por sua vez, pode ser forte ou fraco. Governos fortes têm capacidade para implementar boas políticas, que resultam num desenvolvimento rápido. Governos fracos são incapazes de realizar as políticas necessárias para a reestruturação produtiva e as suas ações acabam resultando em um fraco desenvolvimento econômico. Nas

²GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 3ª. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

³WITKER, Jorge. **Como elaborar uma tesisendereço: pautas metodológicas y técnicas para elestudiante o investigador delderecho**. Madrid: Civitas, 1985.

análises setorialistas, a produção mineral está majoritariamente associada a governos fracos e, portanto, ao desenvolvimento lento.⁴

A teoria econômica comentada pela autora leva em consideração a análise setorialista propondo que para que seja implementado políticas boas com relação à mineração é preciso um governo forte para que o desenvolvimento ocorra de forma rápida. Diferentemente do Brasil, que relacionado ao Nióbio, não possui uma política específica, fator este que não traz benefícios diretos ao povo brasileiro, já que o desenvolvimento acaba ocorrendo de forma lenta e desigual. Logo, é necessário um amplo debate sobre possíveis medidas que o governo brasileiro possa adotar para obter benefícios com seus recursos minerais.

No livro *Nióbio, uma conquista Nacional*, é possível encontrar uma visão diferente sobre o assunto, segundo os autores:

Hoje, são os países subdesenvolvidos de Terceiro Mundo que fornecem matérias-primas minerais. O que determina a posição de dominância e afluência dos países industrializados é a educação, o conhecimento, a ciência, a tecnologia. Podemos mesmo associar subdesenvolvimento com exportação de minérios brutos. Apesar dessa inequívoca condição, ainda se elaboram, principalmente em países em desenvolvimento, políticas minerais, como se reservas nacionais tivessem decisivo valor estratégico.⁵

Portanto, a visão abordada pelo autor é contrária a visão aqui defendida. Para ele, o pensamento de que reservas minerais podem impulsionar diretamente a economia do Estado é uma ilusão, já que países desenvolvidos não adotam uma política voltada para o fornecimento de matérias-primas.

Se tratando ainda dos mesmos autores, no livro podemos identificar uma passagem que diz que o cenário mercadológico internacional é mais favorável aos consumidores do que pode aparentar⁶, ou seja, podemos visualizar a situação brasileira inserida na afirmação feita, já que o Brasil mesmo obtendo a maior parte do nióbio mundial, quem dita os preços do mineral não é o Estado brasileiro, gerando

⁴ ENRÍQUEZ, M, A, R, S. Maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira. Tese de Doutorado. Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6417/1/2007_MariaAmeliaEnriquez.pdf>. Acesso em: 01maio, 2017, 12:07.

⁵LEITE, R, C, C. et al. **Nióbio, uma conquista nacional**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988, p. 97.

⁶LEITE, R, C, C. et al. **Ib idem**, p.97.

uma possível controvérsia, pois se a maior parte do mineral é brasileiro, deveria ser competência desse país estipular o valor econômico a ser atribuído a esse minério.

Analisando outra obra, *Direito Minerário*, de Gandara e outros é de se destacar um trecho que diz que:

Sem os minerais, inclusive, não teremos como atingir os objetivos do País, a saber, “I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (artigo 3º da Constituição da República de 1988). Fica, pois, evidente, a essencialidade da Mineração para o nosso País, seja para as gerações atuais, seja para as futuras.⁷

Como foi citado acima, a Mineração pode trazer vários benefícios para o Estado brasileiro. Portanto, o presente trabalho tem o objetivo de avaliar de que maneira uma boa política brasileira voltada para o nióbio pode assegurar tais benefícios de maneira igualitária, não gerando lucros desiguais e trazendo benefícios para a economia brasileira. É necessário avaliar como será possível uma maior intervenção brasileira em relação ao seu recurso mineral e se essa intervenção seria benéfica para o Brasil.

RESULTADOS OBTIDOS OU ESPERADOS

O problema objeto da investigação científica proposta é: Quais as consequências da falta de uma política específica relacionada ao Nióbio brasileiro? Qual a relação deste problema com a exploração desregulada deste mineral?

A partir das reflexões preliminares sobre o tema, é possível afirmar inicialmente que a falta de uma política específica brasileira voltada para o nióbio e o descaso do país com o mineral é prejudicial para a nação, tendo em vista que nosso mineral foi relacionado com o Mensalão, enriquecendo políticos de forma ilegal. É também necessário destacar a não regulamentação do preço do nióbio pelo Estado que permite o monopólio do mesmo por uma única empresa privada que não oferece lucros diretos ao povo brasileiro. A exploração desregulada do mineral é tão intensa que já envolveu suspeitas inclusive de órgãos oficiais do Estado brasileiro.

⁷ GANDARA, L, A. et al. **Direito Minerário**. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 1-2.

Conhecer sobre o assunto é relevante tanto em vista que o nióbio tem se tornado cada vez mais um elemento altamente estratégico em se tratando da tecnologia atual, utilizado por diversos países, principalmente países desenvolvidos que dependem do nióbio em diversos setores. Por isso, se trata de um assunto extremamente importante não somente para o Governo brasileiro, mas também para a população que precisa tomar conhecimento para que possa deliberar e pressionar o Estado a tomar medidas favoráveis ao povo que pode ser muito beneficiado com a melhoria da economia brasileira.

TÓPICOS CONCLUSIVOS

Sabendo que o nióbio é um mineral que está inteiramente associado ao mercado tecnológico atual, ganhando cada vez mais espaço devido a sua alta estabilidade térmica, é necessário que haja um intenso debate para que se possa ponderar o que pode ser feito para melhorar a situação brasileira com relação a quase total privatização desse setor.

O nióbio pode trazer muitos benefícios para o Estado brasileiro, mas para que esses benefícios não sejam de forma desigual, é preciso um conhecimento e um estudo aprofundado sobre o assunto para que se possa deliberar e decidir as medidas cabíveis que possam ser adotadas. É de fundamental importância que a população se atente a grande concentração de reservas desse mineral localizadas em solo brasileiro para que possa pressionar e buscar respostas.

É preciso atrair uma atenção maior para esse setor para que se possa criar uma política específica como foi feito com o petróleo brasileiro. Dessa forma, poderão ser reguladas e observadas com maior rigor as relações que envolvem essa atividade minerária de maneira a beneficiar todo o Estado brasileiro e sua população.

O nióbio pode significar uma mudança na economia do país e para que isso ocorra é preciso que o assunto não seja esquecido, pelo contrário, que seja extremamente discutido envolvendo tanto o povo quanto o Governo brasileiro evitando assim, benefícios individuais.